

A desinformação como um campo contestado: desafios teórico-metodológicos e a ética da pesquisa com o “outro desconfortável”¹

Disinformation as a contested field: theoretical-methodological challenges and research ethics with the “uncomfortable other”

Ana Carolina Monari

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Hully Guedes Falcão

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Igor Sacramento

Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Este artigo trabalha a desinformação científica em saúde como um campo contestado a partir de um estudo sobre os usos e os sentidos atribuídos à ciência e ao jornalismo por usuários do Telegram. Realizamos nossa pesquisa em três canais sobre covid-19 no aplicativo e observamos que o debate sobre a vacinação contra a doença era permeado pelo compartilhamento de valores cristãos, conservadores e neoliberais, especialmente aqueles relacionados à liberdade, ao liberalismo econômico, à moral e à família. Diante disso, apresentamos os desafios teóricos, metodológicos e éticos de realizar pesquisa com um “outro desconfortável” que adere a valores e narrativas que questionam a eficácia das vacinas contra a covid-19, colocando à prova proteção sanitária da população e dos indivíduos, além de apresentarem crenças, normas e valores que entram em oposição com as nossas visões de mundo. Esses interlocutores, cujas crenças entram em conflito com nossas visões de mundo, nos levaram a explorar a “antropologia sombria” para

¹ Este artigo é resultado da pesquisa de doutorado de Ana Carolina Monari no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Fiocruz), com bolsa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e seus encontros com as pesquisas de Hully Falcão como bolsista de pós-doutorado nota 10 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) (processo nº206.097/2022) e de Igor Sacramento como bolsista de produtividade de pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e como Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ.

Recebido em 20 de junho de 2024.

Avaliador A: 17 de outubro de 2024.

Avaliador B: 26 de novembro de 2024.

Aceito em 22 de janeiro de 2025.



compreender o impacto do neoliberalismo e as dinâmicas emocionais e morais envolvidas na pesquisa com grupos que promovem desinformação, refletindo sobre a ética da observação anônima, a dificuldade de acesso a interlocutores desconfiados e os impactos emocionais do trabalho de campo em ambientes hostis. Além disso, concluímos que é necessário problematizar a neutralidade acadêmica diante de grupos que promovem desinformação e discursos extremistas.

Palavras-chave: Desinformação, Saúde, Ciência, Campo Contestado, Antropologia Sombria.

ABSTRACT

This article examines scientific disinformation in health as a contested field based on a study of the uses and meanings attributed to science and journalism by Telegram users. We conducted our research in three channels focused on COVID-19 within the app and observed that the debate on vaccination against the disease was permeated by the sharing of Christian, conservative, and neoliberal values, especially those related to freedom, economic liberalism, morality, and family. In this context, we present the theoretical, methodological, and ethical challenges of conducting research with an “uncomfortable other” who adheres to values and narratives that question the effectiveness of COVID-19 vaccines, putting the health protection of both the population and individuals to the test, as well as expressing beliefs, norms, and values that oppose our worldviews. These interlocutors, whose beliefs conflict with our perspectives, led us to explore “dark anthropology” to understand the impact of neoliberalism and the emotional and moral dynamics involved in researching groups that promote disinformation. We reflect on the ethics of anonymous observation, the difficulty of accessing distrustful interlocutors, and the emotional impacts of fieldwork in hostile environments. Furthermore, we conclude that it is necessary to question academic neutrality when dealing with groups that promote disinformation and extremist discourses.

Keywords: Misinformation, Health, Science, Contested Field, Dark Anthropology.

INTRODUÇÃO

Sherry Ortner (2020, p. 29) utilizou o termo “antropologia sombria” para definir uma “antropologia que enfatiza as dimensões duras e brutais da experiência humana e as condições

estruturais e históricas que as produzem”. Ela relaciona a antropologia sombria principalmente ao neoliberalismo como uma força estrutural que afeta a vida e as experiências cotidianas das pessoas e a vê como uma oposição à chamada “antropologia do bem”², que centra uma atenção renovada nas diferenças culturais como um recurso para pensar criticamente alternativas para um futuro mais saudável e mais equitativo. Parece haver um consenso há tempos de que a antropologia se distanciou do estudo dos outros, que eram tidos como “selvagens”, para o sofrimento, a resistência e o ativismo contra diversas formas de dominação e violência (Ortner, 2020). Questões relacionadas com dominação, poder e desigualdade caracterizam essa virada da antropologia ocidental, que, para Ortner (2020), tem como marco a década de 1980. O colonialismo, o neoliberalismo e as desigualdades raciais e de gênero, se tornaram objetos de estudo recorrentes na antropologia. E os apelos que acenam para uma antropologia do bem e o estudo da ética e da moralidade seguiram esta mudança (Fassin, 2008; Robbins, 2013).

A intervenção de Ortner (2020) teoriza transformações na economia política à escala global e conclui com uma virada para a antropologia da resistência e dos movimentos sociais. Nós, por outro lado, acabamos expandindo a noção de “antropologia sombria” de Ortner (2020) e passamos a nos perguntar como seria uma “etnografia sombria” e o que acontece se nos envolvermos com pessoas às quais os antropólogos geralmente se opõem. Lidar com questões morais e éticas na antropologia preocupa repetidamente os representantes da disciplina, culminando na demanda por uma antropologia moral (Fassin, 2008).

Diante de recentes eventos, como a votação do Brexit, as eleições de Donald Trump e Jair Bolsonaro para, respectivamente, presidentes dos Estados Unidos e do Brasil, e a ascensão do populismo da extrema-direita e dos movimentos neofascistas na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, há um interesse crescente pela antropologia. Focar etnograficamente nesses fenômenos produz uma ordem complexa de questões. É frequentemente dito que a “responsabilidade moral” dos etnógrafos para com os seus interlocutores exige que tomemos uma posição que beneficie, ou pelo menos não prejudique, os interesses deles (Aretxaga, 2003, p. 264). Este dilema assombra os etnógrafos envolvidos na investigação sobre assuntos ambivalentes porque a verdade sobre o que realmente aconteceu, e a responsabilidade e a responsabilização dos perpetradores e das vítimas da violência – bem como os muitos papéis entre estas duas posições – são contestadas tanto pelo Estado como por aqueles que ele visa. A nossa política ética e epistemológica de representação e a política da verdade dos nossos interlocutores estão moralmente entrelaçadas e parece não haver uma resolução intelectual e politicamente inócua.

² No texto, nos afastamos da ideia de “antropologia do bem”, pois ela acaba qualificando moralmente uma determinada ação.

O neofascismo está relacionado com uma tendência na antropologia de prestar atenção a pessoas de quem não gostamos necessariamente. Estas pessoas não podem ser facilmente retratadas pelos antropólogos como “os sujeitos sofredores” que “vivem na dor, na pobreza ou sob condições de violência ou opressão” (Robbins, 2013, p. 448), porque, ao mesmo tempo, podem estar envolvidas no exercício de violência, da opressão e da desinformação. Portanto, as relações dos antropólogos com as pessoas com quem trabalham concedem novas nuances éticas e morais, fazendo parte de relações complexas dentro de um campo politicamente contestado.

A posicionalidade do investigador neste ambiente altamente contestado torna-se ainda mais relevante. Não só é especialmente difícil entrar nestes campos etnográficos onde a construção de confiança depende muito da proteção da privacidade e segurança dos interlocutores, mas também os processos de inclusão e exclusão são altamente politizados e contestados em debates públicos.

Além disso, a reflexividade na escrita etnográfica está altamente ligada às dimensões emocionais da experiência do investigador e pode ser influenciada por tensões morais e éticas. Devereux (1967) sublinhou a importância de levar em consideração os medos e irritações do investigador como principal ponto de partida no processo de análise de dados. Especialmente para antropólogos que trabalham em áreas altamente contestadas, o autoposicionamento como antropólogo, questões de possível “contaminação” devido à proximidade com o campo e formas de escrita etnográfica podem levar a grandes desafios (Shoshan, 2015).

Para nós, o estudo da desinformação científica em saúde envolve a entrada num campo contestado, em que os interlocutores possuem crenças, normas e valores compartilhados que entram em oposição com nossas visões de mundo (Faust; Pfeifer, 2021). É importante, entretanto, frisar que o ecossistema de desinformação científica sobre saúde no Brasil contempla diferentes espaços e movimentos, como os anticiência e/ou paracientíficos e antivacinação, e estão fortemente associados ao bolsonarismo e a consolidação de valores de extrema-direita. As mídias sociais ligadas à extrema-direita no Brasil, assim como parte da mídia associada a conglomerados de comunicação, vêm utilizando discursos de contestação da ciência, de negação às instituições como forma de estratégia de ação político-partidária. Pinheiro-Machado e Scalco (2021) afirmam que o estudo antropológico no século XXI está se voltando para alteridades das quais nós, enquanto pesquisadores, costumamos “não gostar”. Entre os possíveis exemplos desses “outros”, segundo elas, estão aqueles que agem contra a diversidade, os direitos humanos e todos os princípios de justiça. Os nossos sujeitos de pesquisa também podem se enquadrar nessa descrição.

Neste artigo, iremos apresentar alguns dilemas encontrados em nosso estudo sobre os usos e os sentidos atribuídos à ciência e ao jornalismo pelos usuários de canais sobre covid-19 no Telegram. Por intermédio do conteúdo compartilhado e pela interação dos próprios usuários,

foi possível depreender que as pessoas inseridas nos três canais pré-selecionados para a nossa análise (*V19*, *Canal José da Silva*, e *P & G* – antigo *Med PV*³) compartilhavam valores cristãos, conservadores e neoliberais, especialmente aqueles relacionados à liberdade, ao liberalismo econômico, à moral e à família. Além disso, eles tendiam a defender partidos de extrema-direita, o ex-presidente Bolsonaro, se colocavam contra a dita “mídia tradicional” e buscavam também cuidar de sua saúde de uma maneira mais natural, sem tantas intervenções médicas e farmacêuticas, mesmo que para isso fosse preciso defender posicionamentos anticientíficos.

Era um campo de difícil acesso, com alguns elementos e desafios específicos, como a abordagem dos usuários para a concessão de entrevistas. Em um determinado momento da pesquisa, na troca com colegas, era comum ouvir que era difícil fazer com que aquelas pessoas entendessem que elas estavam preferindo consumir mentiras a informações confiáveis. Sentindo um certo estranhamento, podemos pensar: mas esses usuários entendem que estão consumindo mentiras ou produzindo desinformação? Ou para eles aquilo se constitui como verdade, como algo que, de fato, acreditam?

Ainda na mesma conversa, outros colegas aproveitaram esse mesmo estranhamento para questionar sobre os dilemas éticos, morais e emocionais apresentados pela pesquisa, uma vez que a primeira parte do trabalho de campo se constituiu em uma observação realizada de forma anônima nos canais pré-selecionados do Telegram. Era ético estar nesses espaços sem se identificar para os demais usuários? Como o comitê de ética lidou com isso? Como era o comportamento deles quando ocorria a abordagem para a entrevista? E como nos sentíamos acerca de nossa própria segurança e de nossas emoções, uma vez que eles se mostravam cismados (Mota, 2018) em relação a qualquer ação proveniente da ciência ou do jornalismo? Em suma, eles nos perguntaram sobre como foi lidar com esse outro desconfortável (Faust; Pfeifer, 2021).

Nesse sentido, com base nesse estranhamento e nos diferentes dilemas de realizar pesquisas com grupos lidos e identificados como radicais, que parecem aderir aos valores propagados pela extrema-direita e, principalmente, aos chamados “negacionismos científicos” que se tornaram ainda mais evidentes na pandemia de covid-19, esse artigo tem o objetivo de discutir os desafios teóricos, metodológicos e éticos de se fazer campo com esses grupos, abordando algumas questões relativas às representações e legitimidade de colocá-los sob perspectiva em pesquisas que têm como objetivo compreender como se organizam e quais sentidos e valores são acionados em suas práticas e discursos. O estranhamento relatado anteriormente pode ser lido de duas maneiras: enquanto ferramenta metodológica da pesquisa

3 Nomes e características foram alterados ou suprimidos para preservar o anonimato dos interlocutores e a segurança dos pesquisadores.

sob viés antropológico, mas também é útil para compreendermos como nossa pesquisa é lida por outros, como o grupo com o qual trabalhamos é representado.

DESAFIOS TÉORICOS: COMPREENSÃO DO MUNDO A PARTIR DO NEOLIBERALISMO

Entre as décadas de 1960 e 1970, a antropologia norte-americana esteve no centro de um embate entre as alas culturalista e marxista. Ortner (2020) comenta que Geertz e seus alunos, inspirados em Max Weber, estavam interessados em descobrir novas maneiras de pensar a cultura, especialmente como ela provê significado à vida das pessoas. Eric Wolf e seus colegas, por outro lado, inspirados em Marx, acreditavam que a vida das pessoas estava menos moldada pela cultura e mais por forças econômicas e políticas em jogo – tanto local quanto global. Em contraponto às duas, começaram a surgir estudos (como os estudos críticos do colonialismo, do pós-colonialismo e do feminismo) a partir da década de 1980 que passaram a dar atenção às questões de poder e desigualdade. Ortner (2020) chama isso de ascensão da antropologia sombria, que é aquela que enfatiza as dimensões duras e brutais da experiência humana e as condições estruturais e históricas que as produzem.

Shoshan (2015) aponta que antropólogos se dedicam pouco aos “temas desagradáveis” devido à configuração epistemológica da disciplina. Após a problematização e reestruturação da dívida colonial dos primeiros antropólogos e escolas teóricas, surgiu uma dívida ética, incentivando pesquisas que apoiam minorias e divulgam seus problemas, demandas e pontos de vista. Nesse caso, estudar certos grupos ou “temas desagradáveis” poderia amplificar discursos que ameaçam a existência dessas minorias, daí residiria o receio. Outro fator é a ideia – presente também na história da antropologia – de que a empatia corresponderia a uma identificação com os interlocutores, um senso comum antropológico, mas que tem relação com o exercício teórico-cognitivo de sair de si para encontrar o outro e que nesse deixar-se vulnerável, acaba-se se abrindo e partilhando emoções, ideias e perspectivas. Tanto a primeira como a segunda dizem respeito a uma representação daquele que produz antropologia, enquanto um pesquisador-cidadão que tem um papel de lutar contra desigualdades, sendo porta-voz e defensor de minorias. Essas motivações produzem, portanto, estranhamento para fora e para dentro do campo acadêmico.

Acrescentamos um ponto que para nós é crucial nessa produção, que é a maneira pela qual se deu a conformação da antropologia no Brasil e suas particularidades, que, inclusive, dão o tom da discussão ética do fazer antropológico. Como aponta Ribeiro (2004), o campo antropológico aqui tem uma forte marca de atuação política em relação ao Estado e à sociedade civil. A defesa,

então, dos direitos humanos é um aspecto bem demarcado, não à toa a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) possui atividades nesse âmbito, consolidada na conformação da Comissão de Direitos Humanos, e posteriormente, de outros comitês e comissões responsáveis por diferentes temas, porém sempre pautados pela defesa da dignidade da pessoa humana em suas múltiplas (re)apresentações e no reconhecimento de direitos constitucionais⁴. Outra característica que colabora para a construção de antropologia aqui praticada diz respeito aos grupos estudados e sua localização geográfica. Segundo Peirano (2000), há uma “tendência dominante” das etnografias serem realizadas em nosso próprio país ao contrário do que tradicionalmente foi desenvolvido em outros lugares, notadamente na Europa e nos Estados Unidos. Há, portanto, uma discussão profícua sobre antropologia da ação/engajada/aplicada/militante e implicada, e poderíamos, então, supor que o estranhamento se dá no interior da academia e fora dela, mas como bem salienta Oliveira (2002), nosso agir se dá também no mundo moral. É preciso conhecer, e a antropologia que nos guia neste trabalho – longe de realizar um relativismo – proporciona um exercício de relativização, consistindo em não hierarquizar saberes e conhecimentos, mas colaborar com o conhecimento e compreensão de grupos “desconfortáveis”. Lembremos que as hierarquizações produzem dicotomias, e há algumas décadas antropólogas e antropólogos trabalham com temas desconfortáveis, com práticas tidas como marginais, violência de Estado, grupos violentos, como policiais, milicianos etc. (Brama, 2022). A novidade reside justamente na legitimidade dada a alguns tipos de perspectivas em âmbito federal a partir de Bolsonaro. Nesse ponto se localiza o desconforto, já que os grupos cresceram e aumentaram devido às redes sociais digitais e às legitimações de um ex-presidente, e ao estudá-los estaríamos conferindo ao conhecimento antropológico a possibilidade de construir um conhecimento sobre nós a partir de um outro.

Em meio à esse desconforto, surge a necessidade e o interesse da comunidade científica de se estudar as formas com que essas pessoas utilizam as mídias digitais e como elas consomem conteúdos sobre ciência e saúde, especialmente se considerarmos que acabamos de sair de uma pandemia, a de covid-19, cujas implicações ainda estão presentes no nosso cotidiano, como o uso de medicamentos e tratamentos não recomendados pela própria ciência, a hesitação vacinal e a recusa de conhecimentos provenientes de instituições democráticas, como a ciência e o jornalismo.

Reconhecemos, entretanto, que o trabalho acadêmico, pelo menos nas ciências sociais,

4 Entre os anos de 2015 e 2017 a ABA foi acionada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai (Fundação dos Povos Indígenas) e Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) sob acusação de produzir laudos fraudulentos e colaborar com demarcação de terra indígena e quilombola (Santos, 2022). Os documentos produzidos pela CPI apontam uma desconsideração de tratados que o Brasil é signatário, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que valida o autorreconhecimento na definição da identidade em processos de reconhecimento étnico e territorial.

não pode ser apartado das condições do mundo real em que ele está sendo desenvolvido e, nós, enquanto pesquisadores, também não estamos livres de sermos impactados por esses mesmos elementos (Ortner, 2020). Sendo assim, é importante compreender quais são as condições do mundo real em que os nossos interlocutores se encontram no momento do trabalho de campo, sem deixar de mencionar as problemáticas, os riscos e os desafios enfrentados por nós durante toda a execução da pesquisa. Em outro trabalho (Sacramento; Falcão; Monari, 2023), nós abordamos especificamente os dilemas morais e emocionais de se fazer pesquisa com alteridades desconfortáveis (Faust; Pfeifer, 2021), porém desejamos ir além neste artigo apresentando os dilemas teóricos, metodológicos e éticos que fazer uma pesquisa em um campo contestado pode proporcionar.

Passamos, então, a nos fazer as seguintes questões tendo em mente o nosso tema de pesquisa: de que forma as condições econômicas, sociais, culturais e políticas afetaram o estudo empreendido por nós nos canais sobre covid-19 no Telegram? Como os moderadores e os membros desses grupos foram impactados pelo neoliberalismo? Como isso se refletiu na circulação de conteúdo? Para isso, foi preciso, primeiramente, conhecer a constituição desses mesmos espaços. Então, como nós chegamos aos nossos interlocutores?

O nosso interesse em pesquisar a circulação de discursos sobre ciência e jornalismo no Telegram e os usos feitos pelos usuários do aplicativo surgiu após um longo período de observação de perfis e grupos anticientíficos em outras plataformas, o acompanhamento do noticiário brasileiro sobre as implicações que a desinformação e as *fake news* estavam ocasionando no combate à pandemia e a partir do entendimento da reorganização das estruturas de rede e das estratégias de comunicação digital de grupos políticos nacionais que teriam, no Telegram, uma plataforma estratégica dentro de um ecossistema de desinformação mais amplo (Nascimento; Cesarino; Fonseca, 2022).

Em uma tentativa de buscar grupos e/ou canais no Telegram que tivessem a covid-19 como tema, digitamos as palavras “Covid-19”, “Coronavírus”, “Covid”, “Corona” e “Vacina Covid-19” na ferramenta de busca do serviço de mensagens e direcionamos o nosso olhar para espaços que contemplassem a circulação de informações sobre saúde e, especificamente, sobre a doença e que tivessem uma orientação mais anticientífica do tema.

O fato de ser anticientífico se explica pelas mudanças operadas no regime de verdade contemporâneo (Foucault, 2013). Se a desinformação faz parte de um contexto em que o regime de verdade pautado pelos sistemas peritos (Giddens, 1991) está sendo deixado de lado em virtude do regime de verdade experiencial (Sacramento; Paiva, 2020), que dá muito mais valor para as crenças, convicções e as experiências pessoais em detrimento de conhecimentos oriundos das instituições, é importante compreender como a circulação de informações sobre saúde se dá nesses espaços considerados anticientíficos. Ressaltamos, entretanto, que a circulação de

desinformação científica em saúde não ocorre apenas nesses espaços, mas acreditamos que eles foram um bom ponto de partida para o nosso estudo, pois há uma estreita relação entre anticientificismo, regime de verdade experiencial e desinformação.

Consideramos para o nosso estudo apenas os canais públicos com grande número de usuários (acima de 10 mil). O primeiro canal que apareceu na busca foi o *Med PV*, criado em 6 de julho de 2021 e contando 130.264 membros em 3 de outubro de 2022. Sua frequência de postagens era bem variada, mas o compartilhamento de conteúdo de outros canais do próprio aplicativo era algo comum, como o *VI9* ou o *Canal José da Silva*.

Esses membros estão inseridos em um contexto que pode ser explicado a partir da crise financeira de 2008. De acordo com Cesarino (2019), esse acontecimento proporcionou uma reacomodação do neoliberalismo, com a ascensão de governos populistas conservadores. Cerca de dez anos depois, o bolsonarismo, como ficou conhecido o movimento da extrema-direita no Brasil, acabou por ter o neoliberalismo como pilar constitutivo, sendo este obscurecido pelo eixo popular/conservador. Os três canais escolhidos têm em comum a adesão ao movimento bolsonarista, com o compartilhamento de mensagens em apoio ao ex-presidente e ao seu governo, além da adesão às pautas geridas por Bolsonaro no combate à covid-19: relaxamento das medidas de isolamento social, tratamento precoce e liberdade de se vacinar ou não.

Graças à análise dos históricos dos canais, percebemos uma mudança no conteúdo publicado e compartilhado no então *Med PV* alguns meses antes do pleito presidencial de 2022. Em meados de agosto de 2022, o número de postagens referentes à política cresceu, principalmente aquelas que destacavam os feitos do ex-presidente e que pediam o apoio dos membros em sua empreitada pela reeleição. Diferentemente do *Canal José da Silva*, que desde o início sempre teve um posicionamento pró-Bolsonaro, o *Med PV* costumava fazer um apoio mais discreto ao ex-presidente, optando apenas pelo compartilhamento das pautas bolsonaristas relacionadas à saúde.

Depois do primeiro turno, porém, o canal começou a ficar cada vez mais partidarizado. Os moderadores optaram por mudar o nome do canal para primeiramente *P & G #SOSFFAA*, cuja sigla significa um “pedido de socorro” às Forças Armadas do Brasil – de acordo com os bolsonaristas, elas poderiam ser a salvação para o país diante de um suposto golpe que seria empreendido pela esquerda política para colocar o presidente Lula no poder. Posteriormente, em 2 de janeiro de 2023, no mesmo dia em que iniciamos o trabalho de campo, que se seguiria até junho de 2023, eles mudaram para *P & G*⁵. Isso demonstra uma tendência entre os canais e grupos do Telegram de mudar o próprio nome para evitar possíveis exclusões ou bloqueios das autoridades (Nascimento; Cesarino; Fonseca, 2022), além de ser um efeito ocasionado pela

5 Daqui em diante, iremos nos referir ao canal pelo seu nome mais recente, ou seja, *P & G*.

ameaça de um possível bloqueio da plataforma, algo já empreendido pelo STF em março de 2022.

Durante todo o período de atuação, o *P & G* trabalhava com conteúdo próprio e/ou veiculado de outros canais. Um deles era o *V19*, que acabou concentrando suas pautas na questão da vacinação, além de advogar contra o que eles chamam de “Ditadura da Vacina”, expondo as supostas reações adversas ocasionadas pelos imunizantes contra a covid-19. Ele chegou até nós após uma breve observação do ecossistema de canais do *P & G* e foi incluído na pesquisa por atender nossos critérios de seleção (canal de informações público focado em covid-19, anticientífico e com alto número de membros). Criado em 29 de março de 2021, o *V19* tinha 22.881 membros em 3 de outubro de 2022.

Tanto o ecossistema do *P & G* quanto o do *V19* ainda contemplam o fenômeno dos canais de informação mediados por médicos. Um dos canais que nos chamou atenção – pelo número de membros e pela frequência de postagens – é o *Canal José da Silva*. O médico José da Silva ficou conhecido na mídia por ser um “influenciador” pró tratamento precoce com forte ligação ao bolsonarismo e por ter oferecido laudos para quem não quis se vacinar contra a covid-19 (Porsch, 2023). Por atender os critérios de seleção, este canal também foi incluído na pesquisa. Tendo sido criado em 20 de agosto de 2020, o canal somava 17.501 membros em 3 de outubro de 2022.

Esses canais se constituem, portanto, em novas formas de reorganização cognitiva, que recusam a confiança dos sistemas peritos (Giddens, 1991) e buscam verificar o saber e a verdade a partir de mídias consideradas por eles como alternativas e independentes, da experiência pessoal e do pertencimento identitário do tipo antagonístico (Cesarino, 2021). Sabe-se que a pandemia de covid-19 não foi responsável por esse processo, mas ela acabou deixando esse cenário ainda mais evidente, colocando no centro da discussão as consequências ocasionadas pelas políticas neoliberais e pela desigualdade econômica e social.

Ademais, com a pesquisa, observamos que os membros dos três canais possuem uma forte adesão ao movimento bolsonarista, que, como bem disse Cesarino (2019), tem o neoliberalismo como pilar constitutivo, mesmo que isso não fique tão explícito por causa da promoção das pautas populares/conservadoras – que, diga-se de passagem, também estão presentes nos conteúdos circulados no Telegram e analisados por nós.

O neoliberalismo é um sistema normativo que ampliou sua influência em todo o mundo, estendendo a sua lógica do capital para todas as relações e esferas de vida (Dardot; Laval, 2016). Não é apenas uma doutrina econômica ou ideológica, mas uma nova racionalidade de mundo, cuja principal característica é a generalização da concorrência como modo de conduta e da empresa como modelo de generalização. A lógica da concorrência derivaria em duas problemáticas, sendo a primeira, a relativização do Estado e a segunda, o fato de que todas as

dimensões desse mesmo Estado passariam a ser geridas sob a ótica da concorrência. Diante disso, a vida passa a ser entendida como uma empresa, em que o sujeito se torna empreendedor de si. Saúde, educação, previdência social etc. passam, então, a ser considerados como “produtos”, em que os consumidores têm a liberdade de escolher “adquirir” ou não.

Tal como salienta Ortner (2020, p. 28), não podemos considerar o neoliberalismo como uma “maré”, que se estende dos países considerados dominantes para os dominados, mas sim como um fenômeno que nos incita a olhar as suas associações complexas, em que neoliberalismo atua em diferentes tempos e lugares. Sendo assim, cada país terá o seu próprio contexto neoliberal e isso se transforma em um desafio para a pesquisa antropológica.

Para nós, a antropologia sombria serve como um amparo teórico para a compreensão das dimensões da experiência humana em que nossos interlocutores estão inseridos e as condições estruturais e históricas que as produzem. É também uma forma de apresentar os ânimos sombrios provenientes do neoliberalismo, que no nosso caso ganham contornos de cisma (Mota, 2018) em relação às instituições democráticas. É ademais uma forma de demonstrar como o neoliberalismo pode produzir desigualdades, desesperanças, deteriorações das condições de vida e uma insegurança em relação ao presente e ao futuro (Ortner, 2020), algo que fica nítido nas falas e nas relações estabelecidas entre os usuários dos canais e os pesquisadores.

DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS: COMO A ANTROPOLOGIA SOMBRINA PODE CONTRIBUIR?

Faust e Pfeifer (2021) fazem uma reflexão crítica sobre a implicação da ideia de etnografia sombria e as possíveis consequências disso para o campo da antropologia. Partindo da noção de antropologia sombria de Ortner (2020), elas exploram os dilemas éticos e os desafios metodológicos de se fazer uma pesquisa antropológica nos chamados campos contestados. Neste sentido, as preocupações-chave das pesquisadoras são explorar os desafios de se fazer um estudo antropológico com o outro desconfortável, ou seja, aquelas pessoas cujas visões de mundo diferem fundamentalmente das nossas e que acabam desafiando a moral dos pesquisadores e, até mesmo, os limites legais do país. Entre os dilemas éticos e metodológicos ditos por elas estão:

- a) acesso ao campo: é um desafio, pois a confiança depende da proteção da privacidade e segurança dos interlocutores. Em alguns casos, o anonimato se torna necessário;

b) posicionamento: o pesquisador deve equilibrar interesses diversos, enfrentando dilemas morais e emocionais. Por isso, flexibilidade e autorreflexão são importantes no momento de lidar com essas complexidades;

c) proximidade e distância: esse equilíbrio é delicado, pois a confiança no pesquisador é essencial no relacionamento com os interlocutores, mas é também visto como crítico pela academia e agências de segurança etc.;

d) legalidade: o envolvimento do pesquisador pode esbarrar em questões legais, especialmente em movimentos ou ações consideradas potencialmente como ilegais;

e) dimensões afetivas, emocionais e corporais: campos contestados geram tensão e ansiedade, tornando os desafios morais e emocionais parte relevante da pesquisa.

Nosso campo de pesquisa é considerado contestado (Faust; Pfeifer, 2021) devido às diferenças de pensamentos, crenças e visões de mundo entre nós, pesquisadores de uma instituição brasileira, e os moderadores e membros dos canais do Telegram, que se colocam contrários, inclusive, à instituição da qual fazemos parte. Sendo um empreendimento etnográfico, as emoções, conforme preconizam as autoras, são parte integrante do trabalho e devem ser levadas em consideração na análise e nas estratégias de campo. Não podemos deixar de lado nossas emoções, anseios, perspectivas, medos e crenças ao entrar no campo, e isso inevitavelmente se refletirá em nossas notas de campo e na condução e interpretação das entrevistas com os usuários dos canais.

Assim, o nosso primeiro desafio metodológico foi a questão de deixar ou não evidente a nossa participação/engajamento nos canais. Com base no acompanhamento dos históricos e pelo fato dos interlocutores estarem em um campo contestado, sabíamos que nos apresentar como pesquisadores poderia ser um risco para a execução do próprio projeto. Entretanto, seria ético nos inserir nos canais, fazer uma pesquisa sobre aqueles sujeitos de forma anônima e analisar os seus dados sem que eles soubessem?

Diante desse impasse, recorreremos à literatura e optamos por realizar, em um primeiro momento, uma observação a partir da prática de *lurking*. Esta pode ser configurada como o ato de entrar nas listas de discussão, fóruns e grupos, entre outros, e permanecer apenas como observador, sem participação ativa (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011). Em nosso caso, a prática seguiu a mesma linha da *covert ethnography* (etnografia secreta, tradução nossa), adotada por Semenzin e Bainotti (2020), que é aquela em que os participantes não sabem que estão sendo observados pelos pesquisadores – contudo, a mesma pode ser considerada uma violação do consentimento informado e só pode ser usada em casos excepcionais. Da mesma maneira que as autoras, defendemos a utilização desse tipo de abordagem e a consideramos ética quando ela busca prevenir a perda do objeto de estudo e quando o sucesso da pesquisa depende disso.

Sendo assim, a nossa prática de *lurking* pode ser justificada pelas seguintes preocupações: o banimento e/ou bloqueio de nossa participação nos três canais, semelhante ao que ocorreu na pesquisa desenvolvida por Oliveira (2020) sobre a circulação de teorias conspiratórias no Brasil; e a mudança das configurações dos canais de abertos para fechados/secretos em razão de nossa presença, o que, além de se transformar em um dilema para a pesquisa, também poderia comprometer os dados das análises (Fuhrmann; Pfeifer, 2020). Nós ainda temíamos pela nossa segurança, pois tínhamos o receio de que nossas informações pessoais poderiam ser expostas aos demais membros do grupo e a terceiros, o que poderia ocasionar uma perseguição digital. Com o intuito de evitar essa situação, nós optamos por suprimir os nossos dados no perfil criado na plataforma especialmente para a pesquisa, como nome completo, associação institucional, número de telefone ou fotos, da mesma forma que foi feito por Fuhrmann e Pfeifer (2020). Elas tomaram essa ação após uma perseguição digital ocorrida durante um estudo feito em um campo contestado no Telegram.

Esse comportamento pode ser baseado em uma racionalidade cismática (Mota; Lima, 2022). A cisma, enquanto um substantivo feminino, é uma palavra que só existe no português. Enquanto um substantivo feminino, pode ser usada para a construção de uma explicação como uma “certeza absoluta sobre o mundo, um fenômeno, uma representação ou uma ideia fixa do mundo, ou sobre uma definição da ‘identidade’ ou ‘papel’ social de uma pessoa que é definida sem passar pelo aval da pessoa que é objeto de uma ‘cisma’” (Mota; Pelaez, 2021, p. 220).

Cismar, portanto, não é desconfiar. Enquanto na desconfiança a suspeita sobre algo que se pensa ou sobre alguém é momentânea e passível de ser negociada entre os atores envolvidos, na cisma, por outro lado, se

[...] suspende a negociação e se imprime unilateralmente e arbitrariamente uma visão extremamente enrijecida sobre as coisas e pessoas, fazendo com que o ponto de vista do cismado petrifique-se de uma forma tal que nem a empiria, nem argumentos e fatos produzem mudanças (Mota; Lima, 2022, p. 241).

Em uma racionalidade cismática, portanto, as certezas se apresentam como elementos imutáveis.

O fato de permanecer como anônimos nessa primeira parte do trabalho de campo foi motivo de algumas discussões entre pesquisadores da área, tal como foi exemplificado na introdução deste artigo. Em conversas com colegas, fomos questionados sobre se esse movimento tinha sido considerado como ético pelo comitê de ética em que o projeto foi submetido⁶. Embora tenha sido explicado sobre as necessidades de se manter o anonimato,

⁶ O presente projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). Cabe ressaltar que a lógica que organiza

como o fato de se proteger de possíveis ataques cibernéticos, e demonstrar que os usuários e os canais seriam anonimizados e suas características seriam suprimidas para evitar qualquer tipo de identificação, alguns pesquisadores não se mostraram favoráveis ou confortáveis com esse tipo de ação.

Campos contestados demandam, no entanto, diferentes tipos de estratégias metodológicas para que a investigação possa ser, de fato, realizada (Faust; Pfeifer, 2021). Em relação aos dilemas éticos sobre “não ferir” o consentimento de pesquisa ou “ser aberto e honesto” sobre o trabalho que está sendo realizado, Fuhrmann e Pfeifer (2020) argumentam que é necessário se fazer uma reflexão crítica sobre as relações de poder existentes dentro do campo, e é isso que estamos tentando realizar aqui.

O fato de estar sob anonimato foi fundamental para o sucesso da primeira etapa da pesquisa, mas acabou se mostrando infrutífera na segunda, que compreendia a realização de entrevistas entre abril e junho de 2023. Nós acreditávamos que somente a observação dos sujeitos analisados não era suficiente para responder às questões de pesquisa e, por isso, uma aproximação direta e privada, mesmo que feita de forma virtual, foi necessária. Nossa ideia inicial era realizar entrevistas não-dirigidas com doze interlocutores (três moderadores e três membros de cada canal) pelo Google Meet. Para isso, nós desenvolvemos quatro estratégias: a) reconhecemos durante o período de observação os membros mais ativos dos canais; b) entramos em contato com eles por intermédio da própria plataforma, já que ela permite que você estabeleça conexões com usuários e números de telefone que não estão previamente salvos em seu telefone celular; c) nos apresentamos como pesquisadores utilizando um perfil próprio para esse fim, explicando os propósitos da pesquisa e verificando a sua disponibilidade em participar; e d) garantimos que os dados relatados por ele fossem anonimizados. O segundo desafio metodológico se impôs logo na primeira semana de tentativas de entrevistas, quando não recebemos nenhum retorno dos usuários do Telegram. Uma das participantes dos canais chegou a ensaiar uma resposta para nós na plataforma (algo que pode ser deduzido porque o aplicativo nos informava que ela estava digitando uma mensagem), mas depois ela desistiu e resolveu nos bloquear no aplicativo – algo que ocorreu com bastante frequência durante todo o período de entrevistas.

Com uma semana sem respostas, resolvemos pensar em outras estratégias para entrar em contato com os nossos interlocutores. Nós optamos por mudar a foto de perfil, que antes

o sistema CEP/Conep, a bioética principialista, não dá conta da avaliação ética de um projeto como esse, já que muitas vezes seus integrantes não compreendem as particularidades da etnografia, ou mesmo não aplicam a Resolução CNS nº 510/2016 (Duarte, 2017; Sacramento; Falcão; Monari, 2023). Mas, devido à legitimidade desse sistema, a aprovação de um projeto nessa instância ainda é uma garantia para possíveis cismas criadas por conta do tema.

mostrava uma imagem de paisagem, para uma foto de costas de um de nós, colocamos também o segundo nome e a inicial do sobrenome de um dos pesquisadores, deixamos visível o número de telefone do perfil de pesquisa e colocamos nossa afiliação institucional na seção de biografia do Telegram.

Esse conjunto de mudanças surtiu efeitos, pois no dia seguinte conseguimos o nosso primeiro retorno positivo de entrevista com um usuário do *V19*. Sua primeira pergunta direcionada a nós, ainda na fase da abordagem, foi se éramos mesmo membros da instituição descrita em nosso perfil, o que demonstra – e isso foi confirmado ao longo das próximas tentativas – que as pessoas reconhecem a importância das instituições de pesquisa e que isso constrói uma relação de confiança com o seu interlocutor, apesar de todo o contexto apresentado em campos contestados. Isso também mostra que os nossos entrevistados ainda se apoiam em instâncias que são familiares a eles no momento de interagir, pois traz uma ideia de materialidade durante o contato. E isso também serve para a questão da foto (mesmo que ela mostre uma pessoa de costas).

O usuário do *V19* acabou, no entanto, recusando sua participação na entrevista, após perceber que ela seria realizada no Google Meet e que seria gravada. Ele pediu para que a conversa fosse feita no Telegram, mas, por questões tecnológicas, de segurança e para que ele pudesse registrar o seu consentimento, acabamos insistindo para que o bate-papo fosse fora da plataforma. Em um primeiro momento, pensamos que poderia ser inabilidade dele com o Google Meet, uma vez que ele já está acostumado a usar o Telegram, e chegamos até a considerar utilizar o aplicativo de mensagens para obter a entrevista. Porém a questão da recusa foi ideológica, já que ele disse que “conversando com algumas pessoas, nós achamos estranho essa pesquisa, ainda mais você sendo da Fiocruz”. Ele chegou a tentar nos expor para os demais usuários do canal, mas sem sucesso.

Em outra tentativa de entrevista, um usuário do *Canal José da Silva* e do *V19*, que se recusou a participar da pesquisa, nos enviou um áudio de oito minutos tentando nos explicar quais seriam as possíveis manipulações que teriam ocorrido com a fabricação e a distribuição das vacinas, especialmente a da farmacêutica Pfizer. De acordo com ele, Bolsonaro não teria tido coragem de impedir a compra e a aplicação das vacinas – ele chega a chamá-lo, inclusive, de “Frouxonaro” – e que o ex-presidente teria errado nessa medida. Para ele, a pandemia e as vacinas contra a Covid-19 seriam parte de uma grande narrativa para que as pessoas lucrem com isso.

É preciso mencionar as dimensões afetivas e emocionais que ocorreram nessa tentativa de entrevista. O usuário era conhecido nos dois canais por ser um membro bem reativo, com comentários ofensivos e raivosos em direção à mídia, aos políticos e às instituições. Ele acredita que o Telegram seja um espaço em que as pessoas podem ser livres para dizerem o que bem

entenderem, mesmo que isso acabe ofendendo alguém. Em suas próprias palavras, ele se considera “bastante agressivo” e vê a plataforma como um lugar em que os indivíduos podem “soltar o verbo”.

Em um estudo sobre a ascensão da extrema-direita brasileira, Pinheiro-Machado e Scalco (2021) mostram a necessidade de se entender a sedimentação da raiva como um processo que ganhou silenciosamente robustez ao longo do tempo. Notamos durante o período em campo que essa emoção estava bastante presente entre os usuários e os moderadores dos canais, especialmente quando os tópicos envolviam instituições como a ciência, a política (sobretudo, os partidos de esquerda) e a mídia considerada tradicional.

Emoções são mobilizadas, particularmente, quando estão associadas à instrumentalização política, contestação epistêmica e dinâmicas de circulação da informação em ambientes que são mediados automaticamente e algorítmicamente, tal como as redes sociais digitais (Oliveira; Leitão, 2022). Diante disso, é preciso reconhecer o papel das emoções na identificação dos conteúdos tidos como falsos, pois é inegável que eles estão presentes na caracterização das mensagens e têm um apelo potente para a circulação de narrativas consideradas como anticientíficas.

Embora nossa ideia inicial tenha sido entrevistar doze pessoas, acabamos entrevistando efetivamente apenas três usuários e nenhum moderador. Nossa decisão de encerrar a etapa de entrevistas ocorreu após a segunda tentativa de exposição de nossas identidades nos canais de informação do Telegram. Nós tínhamos entrado em contato com um usuário do *P & G* em seu perfil privado e em sua recusa ao nosso pedido ele disse:

Minhas informações vêm apenas dos órgãos oficiais internacionais de saúde e de alguns sites do próprio governo de cada país ou das indústrias farmacêuticas que disponibilizam na internet, como por exemplo: a Pfizer, Oxford, o FDA e CDC dos EUA, do site de publicações científicas pubmed.com, etc. Eu não me informo por blogs, jornais e TVs que têm viés político ou que estejam impedindo que FATOS CIENTÍFICOS sejam divulgados, sempre me informo apenas em sites científicos e mesmo assim, procuro saber se são financiados por entidades ou pessoas com interesses escusos! Mas infelizmente não posso dar entrevista porque na atual conjuntura é MUITO PERIGOSO! Me perdoe, mas eu nem sei realmente se você é uma pesquisadora ou um agente governamental! Estamos vivendo tempos difíceis em todo o mundo!!

Nós achamos interessante, em um primeiro momento, a forma como ele se expressou em relação às informações que consome sobre ciência e saúde. Ele dizia que se informava por órgãos oficiais, mas que dava preferência àqueles que não eram brasileiros – ou seja, sites de governos de outros países e dados fornecidos pelas indústrias farmacêuticas. Além disso, ele citava que não se informava por blogs, jornais ou canais de televisão que tinham viés político – o que seria político para ele? – ou que estejam impedindo que “fatos científicos” sejam divulgados. O que

seria esse impedimento para ele?

Chamou atenção também o fato de ele acreditar que estamos vivendo um momento perigoso, bem como a desconfiança em relação à profissão de um dos membros da equipe (pesquisadora ou agente governamental?), algo que nos remete à racionalidade cismática (Mota, 2018). Cismado com nossas ações, ele resolveu nos expor para os membros do *P & G*:

Usuário: Quem está responsável (ou responsáveis) pelo grupo aqui? Preciso ter uma conversa séria em particular visando a segurança de todos os integrantes desse grupo. O novo modo de ação da esquerda no *Telegram* (e também no ZAP) é infiltrar MAVs⁷ pra printar todas as conversas e achar quem passa informações relevantes. Acho que estamos MUITO EXPOSTOS. Como eles já perderam a esperança de intimidar ou tentar converter opositores através de discussões, a solução que eles encontraram foi ESPIONAR E DEDURAR!! Não podemos acovardar, mas também não podemos ser ingênuos nessa guerra.

Moderador do P & G: Aqui apenas batemos papo e damos nossas opiniões. Isso ainda não é crime. Fique em paz. Os administradores responsáveis estão afastados fora de contato por algum tempo, no entanto se é para a segurança de todos, seria bom trazer a discussão à tona em que todos participem.

Usuário (em resposta ao moderador): Fui abordado por uma pessoa que diz ser membro do grupo, querendo me entrevistar sobre como me informo no *Telegram* sobre saúde, já que tinha gostado dos meus comentários aqui. Essa pessoa diz ser pesquisadora da Fiocruz e mora na Austrália. Sabemos que a Fiocruz é ligada ao governo e sinceramente não sei se a pessoa está sendo usada ou se é um agente do governo (que pode não ter nada a ver com a “Fiocruz”). Também não posso saber quais são as reais intenções dessa pessoa ou dessa pesquisa. Ok?

Moderador (em resposta ao usuário): Então, não entramos em contato individualmente com ninguém sem antes conversar publicamente aqui no grupo. Se tem alguém se valendo do nome do grupo para isso bloqueie, pois normalmente são golpistas.

O usuário do *P & G* pode ser considerado como um sujeito cismado (Mota, 2018). Nós, por outro lado, acabamos sendo o seu objeto de cisma. Conforme explicamos em outro momento (Sacramento; Santos; Abib, 2022), o recente contexto brasileiro, especialmente durante o governo de Bolsonaro, trouxe a consolidação de políticos de extrema-direita que preconizavam um populismo autoritário anticidência (Monari *et al.*, 2021). Soma-se a isso, o fortalecimento da racionalidade cismática (Mota; Lima, 2022), em que a ciência se torna suspeita, e a verdade, relativa, fazendo com que exista uma consolidação de uma falsa equivalência entre todas as narrativas presentes e circulantes na sociedade: convicções passam a importar mais do que fatos.

A racionalidade cismática (Mota; Lima, 2022) pode ser considerada como uma gramática moral, que é oriunda da lógica do contraditório, da presunção da culpa e das possíveis soluções institucionais que ela imputa. É uma racionalidade que está baseada em uma

⁷ MAVs é a sigla para “movimentos ativistas virtuais”.

tradição inquisitorial, que pauta a produção da verdade judiciária em nosso país e ressoa em outras esferas da vida. Diante disso, podemos compreender que a cisma traz à tona a “lógica inquisitorial, atualizando-a, possibilitando construir explicações baseadas em outras relações causais que não aquelas tidas como oficiais” (Sacramento; Santos; Abib, 2022, p. 193).

O ato de tentar nos expor realizado pelo membro do canal *P & G* traz ainda o fato de que os sujeitos cismados estão situados em uma lógica de comunidade. Ele não procurou, por exemplo, buscar o nome da pesquisadora em ferramentas de pesquisa, como o Google, ou questionar a própria Fiocruz sobre se ela fazia mesmo parte da instituição. Ele trouxe a questão para a comunidade em que faz parte, buscando com isso acessar o conhecimento pela lógica cismática, que só ganha legitimidade no poder da autoridade escolhida e próxima. Sendo assim, o fato de ele nos bloquear após a sugestão de um dos moderadores e, portanto, nos considerar como uma espécie de “golpistas” demonstra que ele confia na opinião daqueles indivíduos e pauta os seus atos a partir do conhecimento compartilhado dentro do canal. É por meio da lógica de comunidade, que acabamos concedendo lugar àqueles que se encaixam nos nossos esquemas de pensamento e predileção, julgando o outro como aquele que é diferente. Depois desse episódio de exposição no canal, acabamos decidindo por finalizar a etapa das entrevistas, mesmo com o número de entrevistados bem menor do que o planejado. Embora compreendêssemos que em uma etnografia a profundidade das entrevistas é mais relevante que o número de entrevistados, o episódio acabou nos frustrando, pois não foi possível ter a chance de conversar com os moderadores dos três canais. Preservar a nossa segurança, entretanto, acabou sendo um fator fundamental nessa decisão.

Como mencionado anteriormente, campos contestados têm grande potencial de tensão. Por isso, dimensões emocionais – como a ansiedade do pesquisador de lidar com essas alteridades desconfortáveis – precisam ser levadas em consideração durante o trabalho de campo e no processo de análise. Os desafios morais e emocionais também devem estar presentes, pois são importantes fontes de informação para a pesquisa (Faust; Pfeifer, 2021).

O período de observação nos trouxe, por exemplo, um desafio no âmbito legal. Entre os membros dos canais, era comum o compartilhamento de perfis ou grupos do Telegram que vendiam o chamado “passaporte sanitário”. Este documento consistia na adulteração do cartão de vacinação contra a covid-19 no sistema do ConectSUS, do governo federal, o que garantia que o indivíduo apresentasse um certificado dizendo ter sido vacinado mesmo que o ato não tenha ocorrido. Desde o início da campanha de vacinação no Brasil em 2021, alguns estabelecimentos comerciais e instituições públicas passaram a exigir que as pessoas apresentassem o certificado de imunização contra a doença para ingressarem nos prédios privados ou públicos, para conseguirem vagas de emprego, para estudar e, até mesmo, para viajar.

Com o intuito de burlar esse mecanismo, surgiram grupos e indivíduos no Telegram

prometendo a inserção de dados no SUS por um determinado valor, algo que é considerado crime. Inserir dados falsos em sistemas de informação é uma prática criminosa prevista no artigo 313-A do Código Penal Brasileiro, incluído pela Lei nº 12.737/2012, cuja pena é a reclusão de dois a 12 anos, além de multa (Campelo, 2023).

Percebendo esses movimentos, nós passamos a nos questionar: devemos denunciar esses usuários, grupos e canais que anunciam e vendem certificados falsos de vacinação? Como essa denúncia poderia impactar o andamento da pesquisa? Seria possível eles descobrirem que fomos nós que o denunciemos? Ou nós deveríamos permanecer em silêncio para preservar a nossa identidade e a condução da pesquisa? Diante do cenário e, especialmente por temer pela nossa segurança, nós acabamos optando pela última postura, mesmo que isso significasse em um dilema moral de nossa parte.

Em relação aos desafios emocionais, que já foram explorados extensamente em outro momento (Sacramento; Falcão; Monari, 2023), apenas gostaríamos de citar o quanto foi desgastante o processo de entrevista dos usuários. Em todas as abordagens, nós ficávamos com receio de termos nossas identidades expostas na internet e de sermos perseguidos pelos membros ou, até mesmo, por outros canais. Como nós já tínhamos feito a análise dos históricos e a observação dos canais por três meses antes do início do processo das entrevistas, nós sabíamos o quanto eles eram cismados em relação à pesquisadores e possíveis infiltrados. Houve casos de expulsão de membros e até linchamentos virtuais. Por isso, todas as vezes que entrávamos em contato com algum possível entrevistado, o ato nos gerava ansiedade e medo de algo parecido também acontecesse conosco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos outros desconfortáveis, Faust e Pfeifer (2021) argumentam que é crucial fazer uma análise crítica dos sujeitos pesquisados e evitar a sua categorização simples como “terroristas”, “criminosos”, “perpetradores” e “negacionistas”, entre outros. É preciso, portanto, buscar por modos de descrição mais pronunciados e multifacetados, além de deixar evidente o nosso posicionamento enquanto pesquisadores/etnógrafos. Sendo assim, o termo “etnografia sombria” serve como uma espécie de lembrete para evitar respostas e categorizações simples, a fim de uma abordagem mais sensibilizada em campos contestados.

Em nosso caso, nós acreditamos ser necessário compreender como a categorização dos sujeitos analisados como anticientíficos e, até mesmo, ignorantes foi construída ao longo dos anos e circulada mediante práticas discursivas modernas. Semelhante à Harding (1991) em seu

artigo sobre fundamentalistas, partimos da ideia de que ser anticiência não existe simplesmente “por aí”, mas é uma noção produzida discursivamente e circulada na sociedade ao longo dos últimos anos.

Por exemplo, em uma discussão no *Canal José da Silva* sobre a publicação de uma reportagem do *UOL* (Porsch, 2023) que retratava o fato de que médicos, incluindo o próprio José da Silva, vendiam procedimentos como “reversão” ou “detox” vacinal, uma das usuárias cita que tratá-los como ignorantes ou manipulados é uma forma de ofensa aos profissionais e aos pacientes que optam por tratamentos considerados *off-label*. Segundo ela, eles (mídia) “escrevem como se fossemos todos ignorantes, iludidos e manipulados. Que quem não se vacinou, foi por causa de sua posição política”.

A representação desses grupos como anticientíficos ou ignorantes acaba contribuindo para um processo de silenciamento, que inviabiliza essas pessoas no processo midiático, fazendo com que elas busquem outros modos de apresentar os seus próprios pontos de vista. Afinal, quando as pessoas são criticadas, elas buscam formas alternativas de contar a sua própria história (Oliveira; Leitão, 2022).

Ter em mente a forma como eles foram sendo representados nos últimos anos pela mídia e por demais setores da sociedade é fundamental para entender a maneira como eles interagem conosco, no momento da pesquisa. Como dissemos anteriormente (Sacramento; Falcão; Monari, 2023), eles não estão “meramente” negando alguma coisa (no caso, a vacina ou tratamentos preconizados pela ciência ou medicina), mas sim buscando espaços de afirmação e reafirmação para dar voz aos seus pontos de vista que são negados pelos outros. Eles geralmente sabem, em seu íntimo, que muito do que defendem é algo repugnante quando publicizado amplamente, e por isso, eles procuram espaços fechados e secretos para colocarem suas ideias no mundo (Shoshan, 2015).

Reconhecemos que desafios fazem parte de qualquer pesquisa e em campos contestados isso não seria diferente. Partindo de uma perspectiva antropológica, entretanto, nós entendemos que essas dificuldades fazem parte da investigação e não devem ser deixadas de lado ou não mencionadas durante a produção da etnografia, pois elas contribuem para a compreensão do problema de pesquisa e dos sujeitos a serem analisados. É na relação com o outro que se constrói a pesquisa, logo, as condições do mundo real em que ele está inserido precisam estar presentes desde a concepção até a sua análise. Nós, enquanto pesquisadores, somos impactados por isso, então, é necessário que nossos dilemas teóricos, metodológicos, morais, emocionais e éticos sejam apresentados para o público.

Lidar com alteridades desconfortáveis, ainda mais em campos contestados (Faust; Pfeifer, 2021), traz inúmeras emoções, como medo, ansiedade e, até mesmo, raiva. No entanto, a saída não é classificá-los de antemão como “negacionistas”, “ignorantes” ou “anticientíficos”,

mas sim compreendê-los em um exercício de relativização, algo que por si só é um desafio, afinal eles têm visões, posicionamentos e crenças que são bem diferentes das nossas.

Sabemos que não é possível tomar como único, num país, ou globalmente, movimentos antivacinação ou de contestação da ciência, até porque o que a nós nos parece importante analisar são as especificidades culturais das formas de hesitação e recusa vacinais ou de tratamento preconizados pela ciência/medicina. O que observamos na atualidade é a tensão no entendimento da saúde entre o direito coletivo e o direito individual. Na raiz destas discussões estavam as formas como as pessoas viam/percebiam as suas responsabilidades como cidadãos em relação ao corpo político mais amplo. Por outras palavras, como sociedade éramos responsáveis por garantir o bem-estar mútuo uns dos outros através de coisas como a imunização em massa e a imunidade de grupo? E qual é o papel do Estado na proteção deste coletivo? O que vemos cada vez mais nestes debates on-line (como nos canais do Telegram estudados) é uma atitude que privilegia os direitos e escolhas individuais em detrimento do bem-estar coletivo ou social. Significativamente, assistimos à operacionalização do neoliberalismo que enfatiza o mercado, a racionalidade individual e a responsabilidade dos sujeitos empreendedores sobre o bem-estar coletivo.

A mentalidade neoliberal que molda a política e a prática dos cuidados de saúde é composta por três princípios: individualismo, descentralização e desregulamentação, e soluções de mercado livre através da privatização (McGregor, 2008). Podemos ver estes princípios serem cada vez mais incorporados nas crenças e argumentos retóricos defendidos pelos porta-vozes do movimento de hesitação vacinal, como evidenciado na recente cobertura dos meios de comunicação social sobre pais e mães que se recusam a vacinar os seus filhos. Argumentamos que a tendência subjacente às sensibilidades neoliberais expressas nos conteúdos circulados nos canais do Telegram e consumidos por aqueles usuários aponta para outro fator-chave que deve ser considerado quando se procuram soluções de saúde pública para problemas como o crescimento do movimento de hesitação em relação às vacinas ou à recusa de tratamentos preconizados pelo âmbito científico/médico.

REFERÊNCIAS

1. ARETXAGA, Begoña. **States of Terror**. Reno: Center for Basque Studies/University of Nevada, 2003.
2. BRAMA, Leonardo. **As diversas milícias do Rio de Janeiro entre expansões práticas e semânticas**. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

3. CAMPELO, Marcelo. Inserção de dados falsos em sistemas de informações – Art. 313-A. **Migalhas**, [s. l.], 22 maio 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/386905/insercao-de-dados-falsos-em-sistemas-de-informacoes--art-313-a>. Acesso em: 21 ago. 2023.
4. CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/165232>. Acesso em: 12 mar. 2025.
5. CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630>. Acesso em: 12 mar. 2025.
6. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
7. DEVEREUX, George. **De la ansiedad al método en las ciencias del comportamiento**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1967.
8. DUARTE, Luiz Fernando Dias. Cronologia da luta pela regulação específica para as Ciências Humanas e Sociais da avaliação da ética em pesquisa no Brasil. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 267-286, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/9771>. Acesso em: 12 mar. 2025.
9. FASSIN, Didier. The Ethical Turn in Anthropology: Promises and Uncertainties. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, Cambridge, v. 4, n. 1, p. 429-435, 2008. Disponível em: <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau4.1.025>. Acesso em: 12 mar. 2025.
10. FASSIN, Didier. Troubled Waters: At the Confluence of Ethics and Politics. In: LAMBEK, Michael; DAS, Veena; FASSIN, Didier; KEANE, Webb. (ed.). **Four Lectures on Ethics: Anthropological Perspectives**. Chicago: Hau Books, 2015. p. 175-210.
11. FAUST, Lene; PFEIFER, Simone. Dark ethnography? Encountering the ‘Uncomfortable’ Other in Anthropological Research: Introduction to this Special Section. *Zeitschrift für Ethnologie* **Journal of Social and Cultural Anthropology**, [s. l.], v. 146, p. 81-90, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357536463_Dark_Ethnography_Encountering_the_'Uncomfortable'_Other_in_Anthropological_Research_Introduction_to_this_Special_Section. Acesso em: 12 mar. 2025.
12. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2013.
13. FRAGOSO, Sueli; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
14. FUHRMANN, Larissa-Diana; PFEIFER, Simone. Challenges in Digital Ethnography: research ethics relating to the securitisation of Islam. **Journal of Muslims in Europe**,

- [s. l.], n. 9, p. 175-195, 2020. Disponível em: <https://www.prif.org/publikationen/publikationssuche/publikation/challenges-in-digital-ethnography-research-ethics-relating-to-the-securitization-of-islam>. Acesso em: 12 mar. 2025.
15. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
 16. HARDING, Susan. Representing fundamentalism: the problem of the repugnant cultural other. **Social Research**, Baltimore, v. 58, n. 2, p. 373-393, 1991.
 17. MCGREGOR, Sue. Neoliberalism and health care. **International Journal of Consumer Studies**, Hoboken, v. 25, p. 82-89, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/229761005_Neoliberalism_and_Health_Care. Acesso em: 12 mar. 2025.
 18. MONARI, Ana Carolina; ARAÚJO, Kizi; SOUZA, Mateus; SACRAMENTO, Igor. Disputas narrativas e legitimação: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Liinc em Revista**, [s. l.], v. 17, e5707, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5707>. Acesso em: 12 mar. 2025.
 19. MOTA, Fábio. Do indivíduo blasé aos sujeitos cismados: reflexões antropológicas sobre as políticas de reconhecimento na contemporaneidade. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 44, p. 124-148, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41959>. Acesso em: 12 mar. 2025.
 20. MOTA, Fábio; KANT DE LIMA, Roberto. Pega na mentira: notas antropológicas sobre tempos inquietantes. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 227-246, 2022. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3271>. Acesso em: 12 mar. 2025.
 21. MOTA, Fábio; PELAEZ, Daniela. “Entre travessas e travessias”: uma análise antropológica sobre a cisma e o lugar-comum. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, Campos dos Goytacazes, v. 17, n. 2, p. 216-227, 2021. Disponível em: <https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/214>. Acesso em: 12 mar. 2025.
 22. NASCIMENTO, Leonardo CESARINO, Leticia; FONSECA, Paulo (coord.). **Democracia digital: análise dos ecossistemas de desinformação no Telegram durante o processo eleitoral brasileiro de 2022 – vol. 1**. São Paulo: InternetLab, 2022.
 23. OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Ética, pesquisa e política indigenista. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 151, p. 135-146, 2002.
 24. OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 21-35, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.03>. Acesso em: 12 mar. 2025.

25. OLIVEIRA, Thaiane; LEITÃO, Ana Carollina. Beyond disinformation: disputes on meaning over information from an emotion-based framework. **International Review of Information Ethics**, [s. l.], v. 32, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://informationethics.ca/index.php/irrie/article/view/486>. Acesso em: 12 mar. 2025.
26. ORTNER, Sherry. A antropologia sombria e seus outros: teoria desde os anos oitenta. Tradução e revisão Jainara Oliveira & Chiara Albino. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, Salvador, v. 4, n. 11, p. 27-50, jul. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/43435250/ORTNER_Sherry_B_A_antropologia_sombria_e_seus_outros_Teoria_desde_os_anos_oitenta. Acesso em: 12 mar. 2025.
27. PEIRANO, Marília. A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, p. 219-232, 2000.
28. PINHEIRO-MACHADO, Rosane; SCALCO, Lucia. Humanising fascists? Nuance as an anthropological responsibility. **Social Anthropology**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 329-372, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351452931_Humanising_fascists_Nuance_as_an_anthropological_responsibility. Acesso em: 12 mar. 2025.
29. PORSCHE, Thais. Médicos negacionistas vendem “reversão” e “detox vacinal” pelo WhatsApp. **UOL**, [s. l.], 27 mar. 2023. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2023/03/27/medicos-negacionistas-vendem-detox-e-reversao-vacinal-pelo-whatsapp.htm>. Acesso em: 22 ago. 2023.
30. RIBEIRO, Gustavo Lins. Prefácio. In: VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben. George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro. (org.). **Antropologia e ética – o debate atual no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2004. p. 9-12.
31. ROBBINS, Joel. Beyond the Suffering Subject: Toward an Anthropology of the Good’. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, Hoboken, v. 19, n. 3, p. 447-462, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264472949_Beyond_the_Suffering_Subject_Toward_an_Anthropology_of_the_Good. Acesso em: 12 mar. 2025.
32. SACRAMENTO, Igor; FALCÃO, Hully; MONARI, Ana Carolina. Entrando no campo da desinformação: emoções conflitantes e os limites da relativização. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 4, e230456pt, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/KPnyhc4Hmk5CvcXb7j9frTS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2025.
33. SACRAMENTO; Igor; SANTOS, Allan; ABIB, Roberto. A doença como política de verdade: Bolsonaro, covid-19 e o testemunho. In: OLIVEIRA, Thaiane Moreira; GONÇALVES, Reynaldo Aragon; KANT DE LIMA, Roberto. **Ciência em conflitos: negacionismo, desinformação e crise democrática**. Rio de Janeiro: Autografia, 2022. p. 157-195.
34. SACRAMENTO, Igor; PAIVA, Raquel. Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. **Matrizes**, São Paulo, v. 14, p. 79-106, 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/160081>. Acesso em: 12 mar. 2025.

35. SANTOS, Priscila Tavares dos. A CPI da Funai e do Inca e os ataques aos direitos constitucionais de povos tradicionais. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 54, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/47928>. Acesso em: 12 mar. 2025.
36. SEMENZIN, Silvia; BAINOTTI, Lucia. The Use of Telegram for Non-Consensual Dissemination of Intimate Images: Gendered Affordances and the Construction of Masculinities. **Social Media + Society**, Thousand Oaks, p. 1-12, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348056523_The_Use_of_Telegram_for_Non-Consensual_Dissemination_of_Intimate_Images_Gendered_Affordances_and_the_Construction_of_Masculinities. Acesso em: 12 mar. 2025.
37. SHOSHAN, Nitzan. Más allá de la empatía: la escritura etnográfica de lo desagradable. **Nueva Antropología**, Ciudad de México, v. 83, p. 147-162, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0185-06362015000200008&script=sci_abstract. Acesso em: 12 mar. 2025.
38. STRATHERN, Marilyn. Negative Strategies in Melanesia. *In*: FARDON, Richard (ed.). **Localizing Strategies: Regional Traditions of Ethnographic Writing**. Edinburgh: Scottish Academic Press; Washington: Smithsonian Institution Press: 1990. p. 204-216.

Ana Carolina Monari

Doutora em Informação e Comunicação em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz. Pós-doutoranda na Universidade Estadual de Campinas, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7474-7903>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise dos dados, Redação e Revisão. E-mail: capmonari@gmail.com

Hully Guedes Falcão

Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Pós-doutoranda na Fundação Oswaldo Cruz, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1932-3104>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise dos dados, Redação e Revisão. E-mail: hullyfalcao@gmail.com

Igor Sacramento

Professor do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde e Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador em Saúde Pública na Fundação Oswaldo Cruz. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1509-4778>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise dos dados, Redação e Revisão. E-mail: igorsacramento@gmail.com